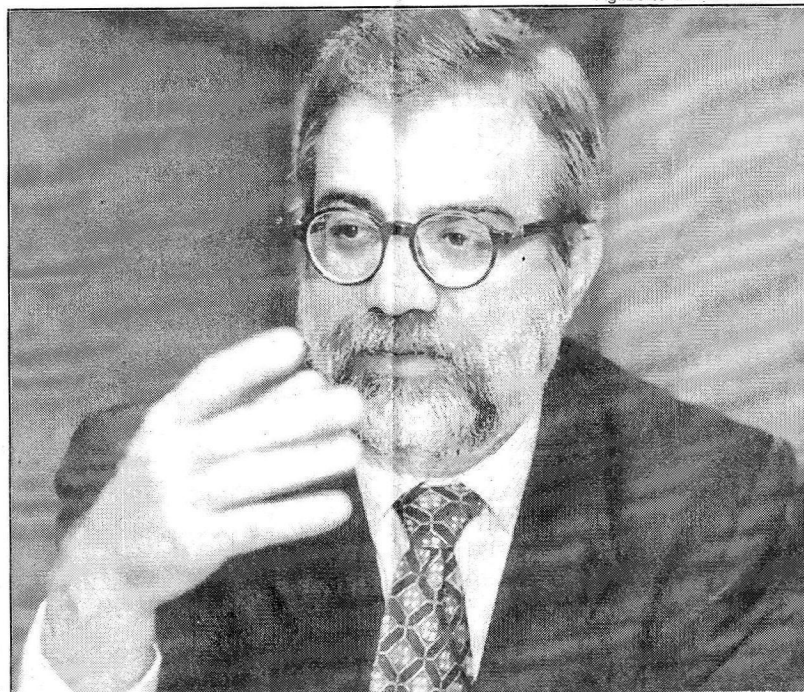


Banco Central e Senado entram em conflito

Agliberto Lima/AE—9/7/95



O dirigente do BC: "Cumprimos determinação do Senado"

Suspeitas sobre emissão de títulos feita por Santa Catarina motivam polêmica entre integrantes da Comissão de Assuntos Econômicos e presidente do BC

RIBAMAR OLIVEIRA
e KÁSSIA CALDEIRA

A autorização para a emissão de títulos de Santa Catarina reacendeu o conflito entre o Senado e o Banco Central. Enquanto o presidente do BC, Gustavo Loyola, afirmava ontem que a instituição cumpriu seu papel de dar parecer sobre o pedido, integrantes da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado responsabilizavam a instituição pela operação, que provocou prejuízo de R\$ 79 milhões para o Estado. O BC até emitiu nota ontem para explicar sua participação no episódio.

"Cabe ao Banco Central cumprir a determinação do Senado de verificar se estão sendo atendidas as exigências legais, o que foi feito", disse Loyola. Segundo ele, o parecer do BC enviado ao presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), em 8 de outubro, recomendava a rejeição do pedido porque o Estado estava registrado como inadimplente no Cadastro da Dívida Pública (Cadip) e porque as operações de crédito realizadas por Santa Catarina, em 1996, já haviam excedido o montante das despesas de capital fixadas para o ano. Mesmo assim, o pedido acabou aprovado pelo Senado em 15 de outubro.

Prova — Os senadores, contudo, responsabilizam a instituição pelo fato de não ter comprovado se a emissão solicitada era mesmo para o pagamento de precatórios (dívidas decorrentes de sentenças judiciais), depois que os senadores optaram por autorizar a operação. Afirmam que a única prova que o BC obteve de que a emissão de R\$ 552,15 milhões em títulos seria utilizada para essa finalidade foi uma carta do vice-governador de Santa Catarina, José Augusto Hüise,

ao chefe do Departamento da Dívida Pública do BC, Jairo da Cruz Ferreira, datada de 16 de outubro. E acusam a instituição de ignorar a Resolução 75/96 do Senado, um dia antes, que exigia comprovação, na Justiça do Estado, da existência dos precatórios.

"Como é que alguém autoriza um negócio de meio bilhão de dólares com base apenas numa carta de um vice-governador?", argumentou o senador Esperidião Amin (PPB-SC). "Isso é muito dinheiro em qualquer lugar do mundo". O presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, Gilberto Miranda (PMDB-AM), também responsabiliza a diretoria da instituição pelo ato. "É caso para demissão", afirmou. "É uma vergonha o que o Banco Central fez."



CONGRESSO
AUTORIZOU
OPERAÇÃO, DIZ
LOYOLA

Deságio — Com a operação autorizada pelo Senado o governo de Santa Catarina emitiu R\$ 552 milhões para pagar dívidas judiciais, mas os papéis tiveram pouca aceitação no mercado financeiro e foram vendidos com deságio alto e o Estado perdeu R\$ 79 milhões. O senador Vilson Kleinubing (PFL-SC), vice-líder do governo, denunciou a operação aos integrantes da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado. Kleinubing estranhou a urgência do governador Paulo Afonso Vieira (PMDB) para vender os papéis que o forçaram a aceitar o deságio e a consequente perda.

Para o senador Esperidião Amin, o governo de Santa Catarina deve agora informar os nomes das pessoas que compraram os papéis com deságio tão elevado e quais as corretoras que intermediaram a operação. "Todo o negócio está muito nebuloso e cercado de suspeitas de irregularidades", afirmou. "Se o deságio foi mesmo de R\$ 79 milhões, alguém lucrou e isso precisa ser esclarecido."